Brasil

Com uma população de cerca de 213 milhões de habitantes, segundo dados da EIU referentes a 2025, o Brasil apresenta um PIB per capita de, aproximadamente, 10 712 USD e possui a 11.ª maior economia a nível mundial e a 1.ª da América Latina, segundo o Banco Mundial. Dotado de uma vasta base de exportações industriais, o país dispõe de uma situação geográfica estratégica, constituindo uma base para o desenvolvimento das operações de um elevado número de empresas na região da América Latina.



Diferença Horária: -3 horas em relação à hora de inverno de Portugal continental (Brasília)
Principais Línguas: A língua oficial é o português
Nº Habitantes: 213 milhões (2025)
Moeda: Real do Brasil (BRL)
Câmbio: 1 EUR = 5,8449 BRL (média de julho de 2026)

A composição da economia brasileira reflete o predomínio do setor dos serviços (71,6% do PIB), enquanto a indústria e a agricultura representaram 20,5% e 8,9% do PIB em 2025, respetivamente, de acordo com a EIU. Os setores das TIC, das energias renováveis, do petróleo, do gás natural e das infraestruturas continuam a atrair o interesse dos investidores estrangeiros, devido, mormente, à elevada dimensão do mercado.

Entre 2024 e 2025, o crescimento do PIB real desacelerou (de 3,4% para 2,5%, respetivamente), em virtude de políticas orçamentais expansionistas, robustez do consumo, recuperação do investimento e bom desempenho da produção agrícola. Já para 2026 (2,0%) e 2027 (1,8%), prevê-se o abrandamento do crescimento do PIB real, tendo em consideração o impacto negativo da política monetária restritiva (elevados custos de financiamento) no consumo e no investimento, não obstante, em 2025, o assinalável crescimento de grande parte dos setores da economia brasileira – incluindo serviços. Quanto à taxa de inflação, projeta-se a sua redução em 2026 (4,8%).

De acordo com dados referentes a 2025, disponibilizados pela EIU, o mercado do Brasil ocupou a 49.ª posição em termos de desempenho global, ao nível da sustentabilidade, no Overall Ranking, isto é, dos pontos de vista ambiental, social e da governança, num total de 151 mercados, sendo que uma classificação mais elevada neste ranking representa um menor risco de sustentabilidade. Em detalhe, o Brasil situou-se: a) a nível ambiental em 39.º.; b) na dimensão social em 52.º.; c) em matérias de governança em 61.º.

No que respeita à Balança de Pagamentos, é de referir que o saldo acumulado das Balanças Corrente e de Capital foi de -3,1% do PIB em 2025, enquanto o saldo da Balança Financeira se situou em -3,0% do PIB, tendo por base dados do FMI.

Como potenciais oportunidades de negócio são de salientar os setores da indústria automóvel, da saúde, da economia azul e da logística portuária, bem como os domínios da tecnologia e da inovação (ex.: cibersegurança).

(08/2026)

Perfil de Mercado

Índice

1. Ambiente de Negócios . . . 3
2. Dados Macroeconómicos . . . 5
3. Análise Sumária . . . 6
4. Importações . . . 9
5. Exportações . . . 11
6. Balança Comercial . . . 13
7. Tendências . . . 15
8. Setores/Produtos de Oportunidade . . . 22
9. Quadro Legal e Regulamentar . . . 24
10. Recomendações . . . 30



1. Ambiente de Negócios

- 50º/82 - Ranking Global
- 65º/70 - Competitividade
- — - Facilidade
- 107º/182 - Transparência
- B - Risco Geral (A1 = risco menor; E = risco maior)
- A4 - Risco Económico (A1 = risco menor; E = risco maior)

Fonte(s): The Economist Intelligence Unit (EIU), 2026 – Ranking Global; IMD World Competitiveness Ranking, 2026; The Heritage Foundation – Index of Economic Freedom, 2026; TI – Corruption Perceptions Index, 2025; Coface, 2025 – Riscos Geral e Económico

1.1. Cultura de Negócios

A cultura empresarial brasileira está arreigada em relações de confiança, pelo que o estabelecimento de vínculos pessoais é muito importante para os negócios. A proximidade e o contacto físico são característicos da cultura de negócios, que se traduz num ambiente descontraído, mas, de certa forma, sofisticado. À medida que se caminha para a região sul do país, a abordagem tende a ser mais formal.

De um modo geral, os brasileiros são pessoas abertas e sociáveis, proporcionando um ambiente agradável durante as reuniões. Antes de concretizar qualquer negócio, é fundamental estabelecer um contacto direto e conhecer o interlocutor. Os processos de negociação são lentos, em virtude da necessidade de fortalecer a confiança antes de chegar a um acordo. As técnicas de pressão ou atitudes de arrogância não funcionam neste processo.

A pontualidade é, de certo modo, flexível, mas é recomendável cumprir o horário estabelecido e não manifestar sinais de frustração ou impaciência com eventuais atrasos.

Nas apresentações deve privilegiar-se a hierarquia e ter alguma formalidade nos primeiros contactos. Os cumprimentos iniciais traduzem-se num firme aperto de mão e num contacto visual seguro.

A decisão final de qualquer processo negocial é tomada ao nível do topo da hierarquia ou pelo responsável da área com a qual se está a negociar. As empresas possuem uma estrutura hierárquica muito definida.>

É importante avaliar, com antecedência, quais as datas mais adequadas para realizar negócios no Brasil. A maioria dos brasileiros tende a tirar férias no período natalício, no Ano Novo e na Páscoa, afetando a disponibilidade dos executivos para se reunir com os visitantes. Dependendo da região com a qual a empresa vai negociar, o período entre o Ano Novo e o Carnaval tende, igualmente, a ser afetado pela disponibilidade das equipas de decisão. Os períodos anteriores e posteriores a eleições também não são adequados para a abordagem a instituições federais e estaduais, devido às inúmeras alterações que estas sofrem.

Aplicações como o WhatsApp revelam-se ferramentas cruciais para o processo de negociação e comunicação entre pessoas também na esfera profissional. São instrumentos de trabalho e, inclusivamente, já existe jurisprudência quanto a litígios contratuais e laborais, baseada em evidências de registos de conversas por estas vias.

O mercado brasileiro é muito ávido por novas tecnologias e formas de contato. As redes sociais têm forte penetração no mercado e não é invulgar o estabelecimento de contatos iniciais através do Linkedin ou do Instagram.

O Brasil tem vindo a aumentar os seus canais de venda, sendo as redes sociais um meio cada vez mais usual na abordagem junto dos compradores.

Fonte(s):

AICEP

Legiscomex

Santander Trade

(09/2026)

1.2. Hábitos de Consumo

Abordagem Geral

Dotado de um vasto mercado em termos de consumo, com uma população de cerca de 213 milhões de habitantes, segundo dados da EIU referentes a 2025, o Brasil apresenta um PIB per capita de, aproximadamente, 10 712 USD. Cerca de metade da sua população tem idade inferior a 35 anos, sendo que, aproximadamente, 88% da mesma vive em áreas urbanas, designadamente nas regiões Sul e Sudeste.

Após o pico de desigualdade causado pela pandemia, o índice de Gini tem se mantido relativamente estável desde o terceiro trimestre de 2022. No primeiro trimestre de 2026, o índice de Gini da do rendimento familiar caiu para 0,516. Já o índice de Gini do rendimento individual caiu de 0,490 para 0,488 entre o quarto trimestre de 2025 e o primeiro trimestre de 2026.

As principais categorias de despesas de consumo das famílias brasileiras distribuem-se por habitação, alimentação e bebidas, transportes, saúde, vestuário e calçado.

O consumidor brasileiro é muito recetivo à compra de produtos estrangeiros, uma vez que, em geral, a perceção de qualidade é maior nos produtos que chegam do exterior. O brasileiro atribui muita importância às marcas e está disposto a pagar um preço mais elevado pela qualidade e pelo status que o produto confere.

Ainda que os supermercados e hipermercados tenham vindo a ganhar terreno ao longo dos últimos anos, o canal tradicional de distribuição (isto é, as lojas de bairro) ainda detém uma quota de mercado considerável.

O crescimento e a penetração do e-commerce são cada vez mais evidentes e não deve ser descurado como canal de distribuição no mercado.

Mudança dos Hábitos de Consumo

Procura por alimentos saudáveis

O consumidor passou a exigir mais transparência e autenticidade das marcas/produtos. O consumo de produtos biológicos e produzidos localmente é cada vez mais elevado. Os consumidores, particularmente os que dispõem de um elevado poder de compra e vivem nas principais metrópoles, procuram uma maior ligação à natureza. O espaço ocupado por produtos orgânicos e saudáveis tem vindo a aumentar nas principais redes de supermercados.

Confiança na opinião/experiência de outros clientes

O consumidor brasileiro procura cada vez mais validar as suas escolhas, recorrendo à opinião de outros consumidores/internautas antes de comprar, não só no comércio eletrónico, mas, também, no comércio tradicional.

Crescimento do *e-commerce*

Devido à dinâmica do dia-a-dia das grandes cidades, acentuada pelos efeitos da crise pandémica, o consumidor tem vindo a procurar cada vez mais produtos através de plataformas de e-commerce. Em 2023, de acordo com o Statista, 65,6% da população brasileira efetuou compras online, sendo expectável que esta percentagem cresça, em 2025, para 72,5%, e para 81,3% até 2029. Com um total de 35,4 mil milhões de USD em 2023 e, previsivelmente, de 48,26 mil milhões de USD em 2025, as vendas online no país deverão registar um crescimento médio anual de 10,14% entre 2025 e 2029, prevendo-se que atinjam 71,01 mil milhões de USD até 2029. A principal categoria de produtos adquiridos via e-commerce corresponde à rubrica "Eletrónica".

Para obter informação adicional sobre o *e-commerce* neste mercado, aceda a: Perfil de Mercado *E-commerce* referente ao Brasil

Fonte(s):

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA

Sociedade Brasileira de Varejo e Consumo

Statista

The Economist Intelligence Unit (EIU)

(09/2026)

2. Dados Macroeconómicos

- 2 279,7 mil milhões USD - PIB a preços de mercado
- 10 712 USD - PIB *per Capita*
- 2,3% - Crescimento real do PIB
- 5,0% - Taxa de inflação
- 1,3 (Var. %) - Consumo privado
- 2,1 (Var. %) - Consumo público
- 2,9 (Var. %) - Formação bruta de captial fixo
- 5,9% - Taxa de desemprego

Fonte(s): The Economist Intelligence Unit (EIU), 2026 (dados referentes a 2025)

3. Análise Sumária

3.1. Forças

Elevada dimensão do mercado (cerca de 213 milhões de habitantes, tendo por base dados da EIU correspondentes a 2025)

População ativa jovem

Principal economia da América Latina e 11.ª maior economia mundial, em termos de PIB nominal, liderando, em matéria de consumo, a América do Sul, segundo o Banco Mundial e a International Trade Administration

Indústria bastante diversificada

Excelente dotação em recursos minerais e agrícolas

Importantes reservas de divisas e sistema financeiro moderno e robusto

Classe média-alta com elevado poder aquisitivo, que valoriza produtos estrangeiros

Proximidade cultural e linguística com o mercado português

Excelente perceção da marca portuguesa

Principal mercado de serviços financeiros da América Latina e 2.º maior mercado mundial no domínio dos seguros de saúde privados, de acordo com a EIU

Vasta rede aeroportuária (3 240 aeroportos), segundo a International Trade Administration, com um amplo mercado de aviação comercial

O Brasil possui o 3.º maior sistema de aviação civil do mundo

Maior mercado de cuidados de saúde da América Latina

Banco central independente e sistema financeiro resiliente

Reduzida dívida externa

Vastos recursos de energia de origem renovável, designadamente, a partir das fontes solar, hídrica e eólica

O Brasil é um dos quatro principais produtores de alimentos a nível global, conjuntamente com China, EUA e Índia

Após a Venezuela, o Brasil possui as maiores reservas de gás e petróleo da América do Sul, devendo tornar-se um dos dez principais produtores e exportadores de petróleo a nível mundial

Fonte(s):

AICEP – Ponto de Rede

Coface

IMF

International Trade Administration – Civil Aviation

International Trade Administration – Market Overview

The Economist Intelligence Unit (EIU)

World Bank – GDP ranking

World Bank – Overview

(09/2026)

3.2. Fraquezas

Infraestruturas precárias e baixa qualificação da mão de obra

Mercado muito protecionista

Quadro legal complexo e passível de distintas interpretações, incluindo legislação laboral e tributária

Elevada carga e complexidade tributária

Sistema burocrático que limita o empreendedorismo

Elevados custos de produção (energia, salários, crédito, logística) que prejudicam a competitividade

Processos aduaneiros com algumas ineficiências

Produtividade do trabalho e taxa de poupança reduzidas

Assinalável nível de dívida pública (78,6% do PIB, segundo dados da EIU correspondentes a 2025)

Nível baixo de investimento (cerca de 18% do PIB, de acordo com a Coface)

Fonte(s):

AICEP – Ponto de Rede

Coface

International Trade Administration – Market Challenges

The Economist Intelligence Unit (EIU)

(09/2026)

3.3. Oportunidades

Apesar das incertezas quanto às perspetivas de crescimento da economia brasileira, continuam a existir oportunidades quer em termos de comércio, quer a nível de investimento. É de salientar que se trata de um mercado de dimensão continental, no qual ainda se identificam grandes carências

Agenda governamental pró-investimentos em projetos ligados à economia circular, à eficiência energética, à mobilidade elétrica e à introdução de tecnologias limpas (novo PAC)

12.º maior mercado de *e-commerce* a nível mundial

A imagem de Portugal melhorou em sofisticação e fiabilidade, sendo fundamental continuar a apostar na qualidade e na diferenciação para fazer face a concorrentes que são, logística e culturalmente, mais próximos, como é o caso dos países da América Latina

Do ponto de vista comercial, o Acordo de Comércio Livre entre União Europeia (UE) e Mercosul, aplicável a título provisório desde 1 de maio de 2026, deverá permitir a expansão do acesso dos bens industriais europeus ao Mercosul, bem como beneficiar este bloco através de mais exportações brasileiras de minerais críticos e commodities agrícolas com destino à UE

Este acordo irá remover barreiras comerciais e facilitar as exportações comunitárias de bens e serviços para o Mercosul, além de facilitar o investimento, ajudar a garantir o acesso sustentável a matérias-primas, e auxiliar a UE e o Mercosul a moldar as regras do comércio global em conformidade com os mais altos padrões comunitários. O acordo visa diversificar e tornar mais resilientes as cadeias de abastecimento, dinamizar os fluxos de comércio e investimento e ancorar a presença europeia num mercado com escala e complementaridade produtiva, preservando simultaneamente as salvaguardas regulatórias que definem o modelo europeu.

Identificam-se oportunidades nas áreas de transição energética global, como, por exemplo, minerais críticos, mais especificamente, na produção de níquel, lítio e terras raras, no Brasil, tecnologias de informação, infraestrutura, agroindústria, turismo e setor da saúde

As *fintech* do Brasil têm captado muitos clientes nos últimos anos

Fonte(s):

AICEP – Ponto de Rede

ecommerceDB

Governo Federal do Brasil – Notícias

The Economist Intelligence Unit (EIU)

(09/2026)

3.4. Dificuldades

Mercado muito protecionista, sobretudo, nos setores em que a indústria brasileira é forte (e que, em vários casos, coincide com aqueles onde a oferta portuguesa é, também, de reconhecida qualidade)

Distribuição desigual do rendimento

Sistema fiscal complexo, com impostos à importação calculados em cascata

Distribuição desigual do rendimento

Morosidade e complexidade do registo de produtos e habilitação para exportação de estabelecimentos estrangeiros junto das autoridades brasileiras competentes

Elevados custos operacionais e de logística

Falta de mão de obra qualificada

Necessidade de visitas regulares ao mercado, dada a relevância do contacto pessoal direto e frequente

Mercado sofisticado e exigente

Exigência de robustez financeira para quem pretende entrar no mercado

Grande polarização e crescente conflito entre os diferentes poderes (judicial, executivo e legislativo)

O Brasil é alvo de tarifas anunciadas, pelos EUA, sobre o alumínio e o aço (de 25%), sendo o país um notável exportador de metais para os EUA

A estas tarifas, foram propostas tarifas gerais de 25%, bem como uma tarifa adicional de 12,5% sobre importações provenientes do Brasil associadas a práticas de trabalho forçado, tornando o país o segundo mais taxado, atrás da China.

Fonte(s):

AICEP – Ponto de Rede

The Economist Intelligence Unit (EIU)

(09/2026)

4. Importações

4.1. Produtos

Segundo o Comtrade, as importações do Brasil registaram um valor de 294 mil milhões de USD em 2025 (278 mil milhões de USD em 2024). Os cinco principais grupos de produtos importados foram as Máquinas e Aparelhos (27,3%), os Produtos Químicos (21,8%), os Veículos e Outro Material de Transporte (11,8%), os Combustíveis Minerais (11,1%) e os Metais Comuns (6,4%).

(07/2026)

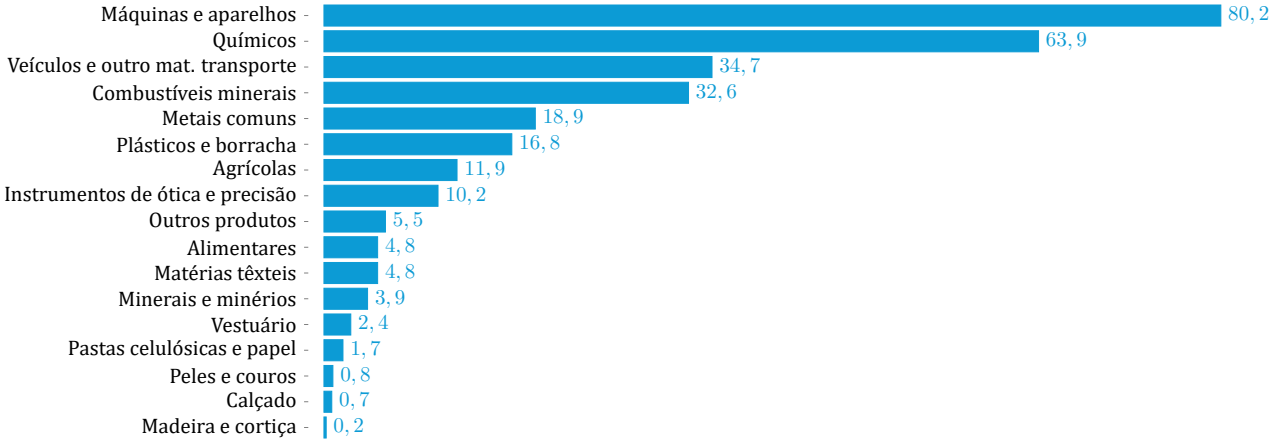


Figura 1: Produtos importados em 2025 (valores em mil milhões de USD)

4.2. Origens

De acordo com o Comtrade, os cinco principais fornecedores do Brasil, em 2025, foram a China (25,8%), os EUA (16,3%), a Alemanha (5,0%), a Argentina (4,6%) e a Rússia (3,5%). Estes mercados representaram, em conjunto, 55,2% do valor das importações.

(07/2026)

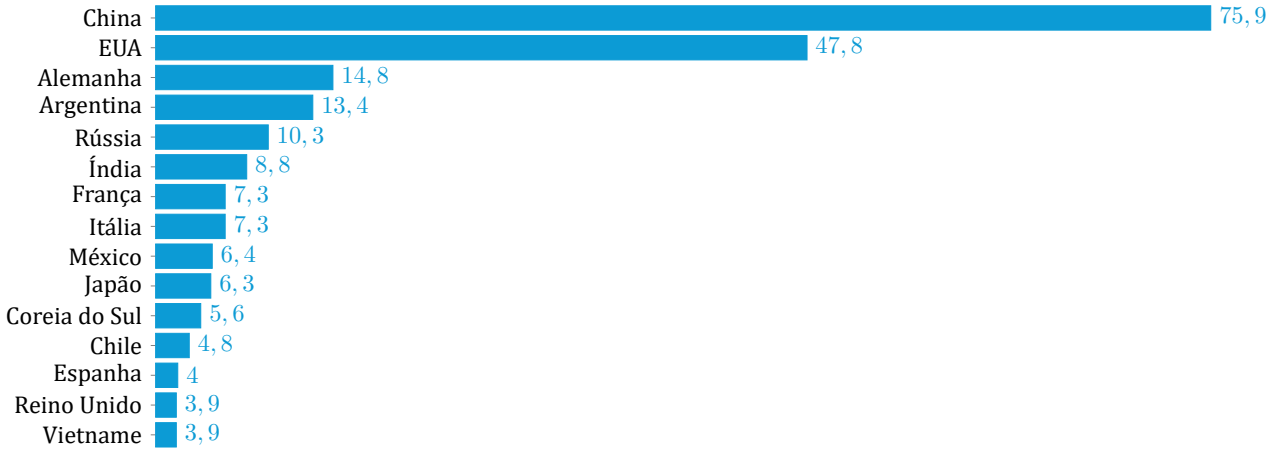


Figura 2: Mercados de origem em 2025 (valores em mil milhões de USD)

5. Exportações

5.1. Produtos

Segundo o Comtrade, as exportações do Brasil registaram um valor de 349 mil milhões de USD em 2025 (337 mil milhões de USD em 2024). Os cinco principais grupos de produtos exportados foram os Produtos Agrícolas (30,9%), os Combustíveis Minerais (16,1%), os Minerais e Minérios (10,8%), os Produtos Alimentares (9,5%) e os Veículos e Outro Material de Transporte (5,8%).

(07/2026)

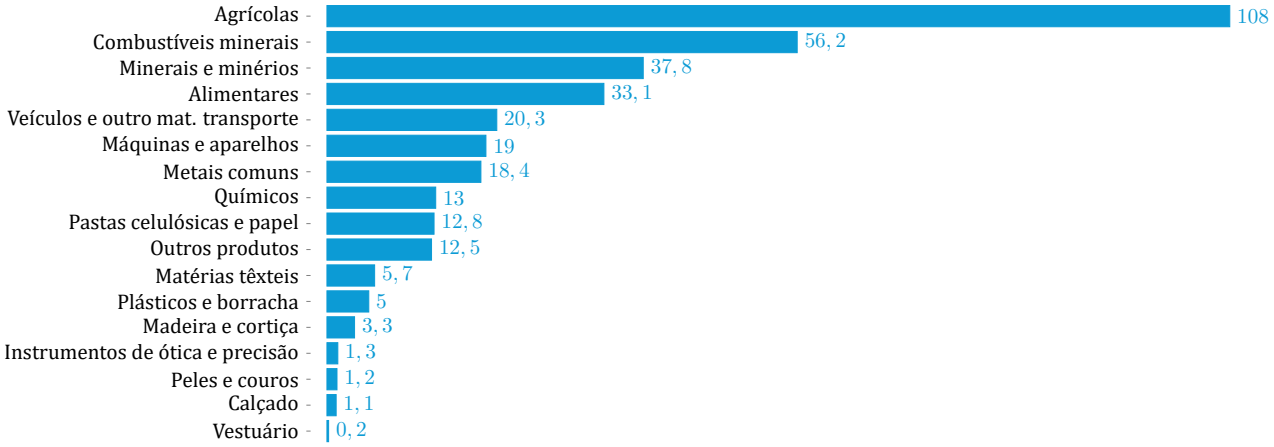


Figura 3: Produtos exportados em 2025 (valores em mil milhões de USD)

5.2. Destinos

De acordo com o Comtrade, os cinco principais mercados-clientes do Brasil, em 2025, foram a China (28,7%), os EUA (10,9%), a Argentina (5,2%), os Países Baixos (3,4%) e Espanha (2,5%). Estes mercados representaram, em conjunto, 50,7% do valor das exportações.

(07/2026)

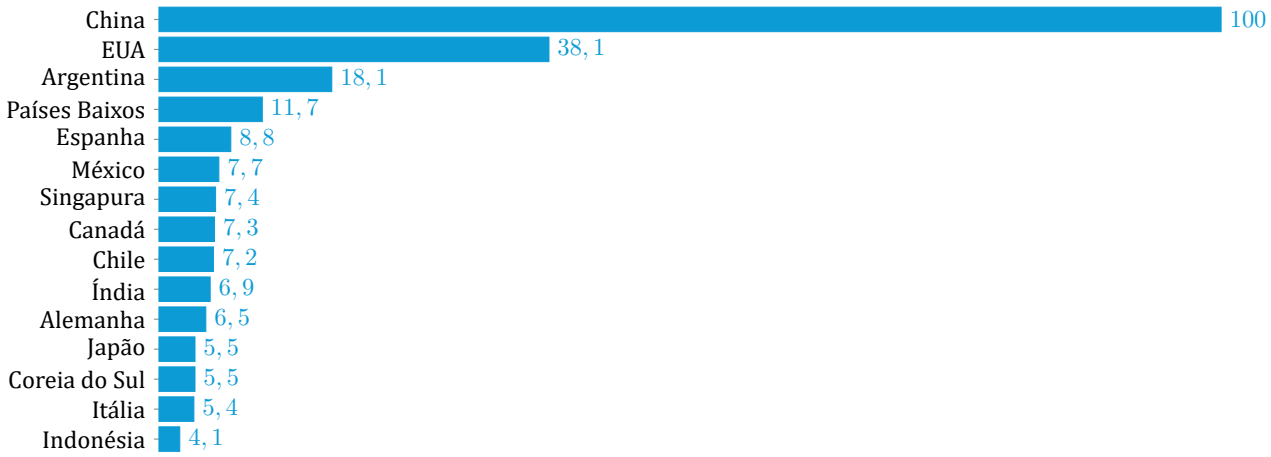


Figura 4: Mercados de destino em 2025 (valores em mil milhões de USD)

6. Balança Comercial

6.1. Mundo

De acordo com o Comtrade, o Brasil registou, em 2025, um excedente de 55 mil milhões de USD, o que representou um aumento de 8 647 milhões de USD face a 2021 e uma diminuição de 4 708 milhões de USD em relação a 2024. A taxa de cobertura das importações pelas exportações situou-se em 118,6%, o que significou menos 2,8pp do que o registado em 2024.

(07/2026)

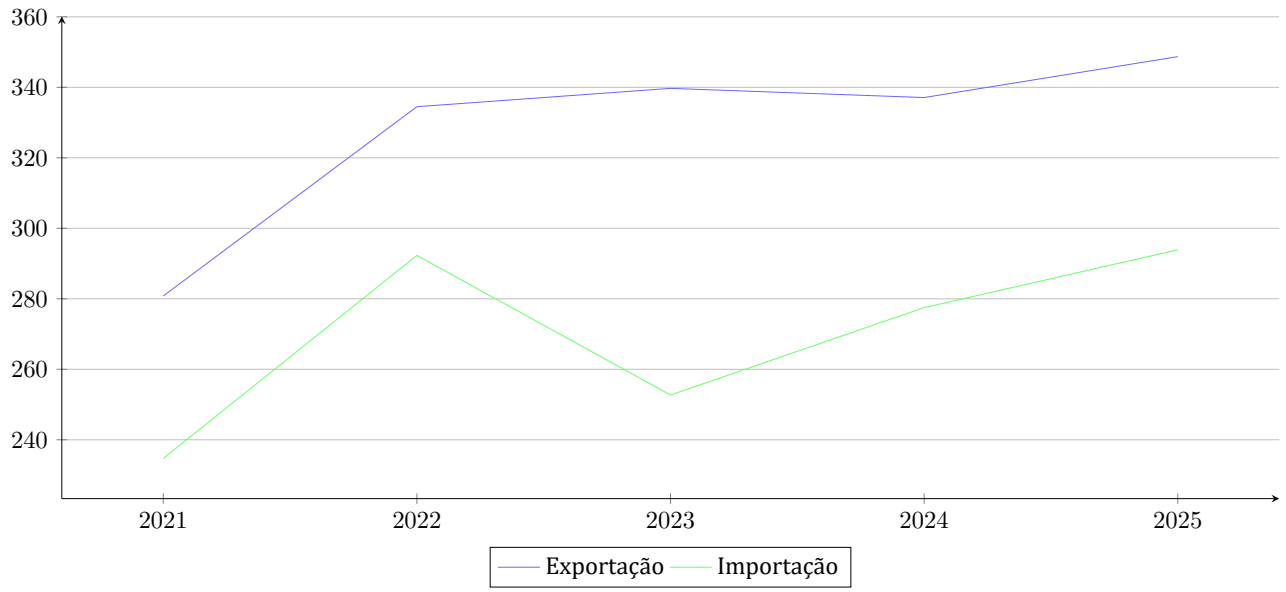


Figura 5: Balança Comercial Brasil / mundo (valores em mil milhões de USD)

6.2. Portugal

Segundo o INE, o Brasil foi o 12º cliente das exportações portuguesas de bens em 2025, com uma quota de 1,4%, ocupando a 9ª posição ao nível das importações (2,4%). Ao longo do período 2021-2025 verificou-se uma média de crescimento anual das exportações de 11,5% e de 8,3% nas importações. A balança comercial de bens foi desfavorável ao nosso país, tendo apresentado um défice de 1 628 milhões de euros em 2025.

Na estrutura das exportações destacam-se em 2025 os Produtos Agrícolas (44,7%), os Veículos e Outro Material de Transporte (20,9%), os Produtos Alimentares (10,2%), as Máquinas e Aparelhos (8,2%) e os Metais Comuns (3,1%). Os principais grupos de produtos importados em 2025 foram os Combustíveis Minerais (62,8%), os Produtos Agrícolas (15,3%), os Produtos Alimentares (5,1%), os Veículos e Outro Material de Transporte (4,5%) e a Madeira e Cortiça (3,4%).

(07/2026)

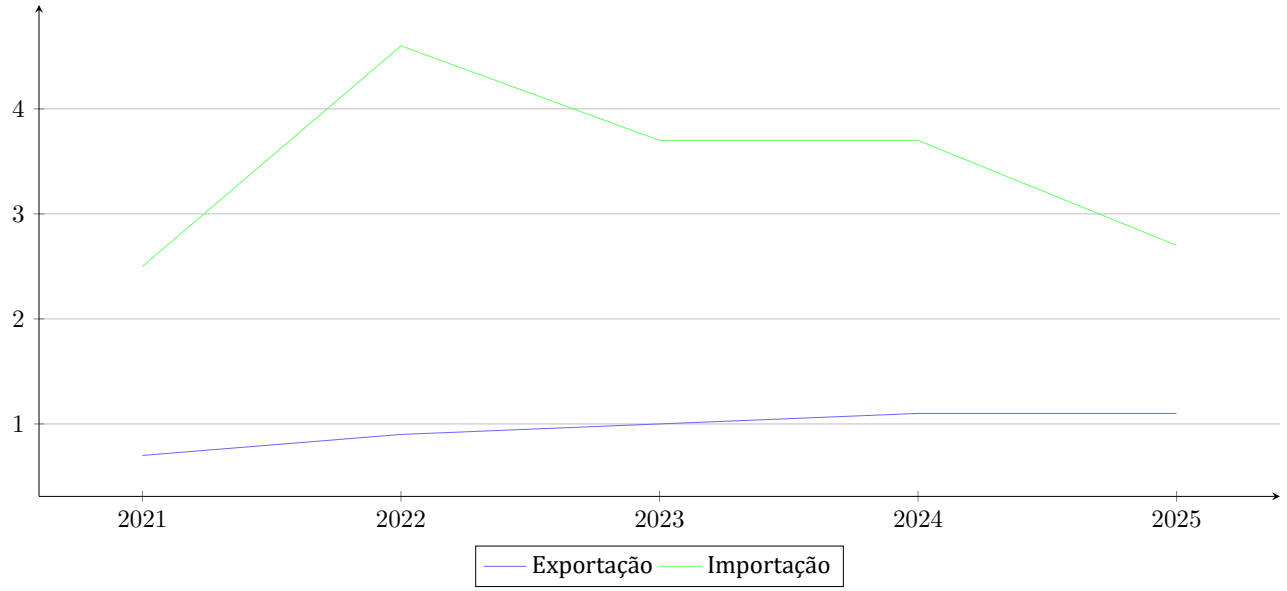


Figura 6: Balança Comercial Brasil/Portugal (valores em mil milhões de Euros)

7. Tendências

Contexto internacional

O Brasil integra o bloco comercial Mercosul, juntamente com Argentina, Paraguai e Uruguai. Como maior economia da América Latina e potência emergente na economia global, o país assume um papel influente na região, com elevada preeminência económica e diplomática. Para além da sua participação ativa nas Nações Unidas e importantes instituições multilaterais, o Brasil mantém uma estreita colaboração com países como China, Índia e Rússia, no âmbito dos BRICS. O aprofundamento das relações com a China, particularmente a nível económico e comercial, tem sido notório, perspetivando-se a continuidade desta tendência.

Demografia

O Brasil é o maior e mais populoso país da América Latina e da América do Sul. A sua população em idade ativa tem permanecido estável ao longo dos últimos anos (69,1%, de acordo com estimativas da EIU relativas a 2025). Já a população total do país tem evidenciado uma tendência de crescimento, tendo totalizado cerca de 213 milhões de habitantes em 2025.

O Brasil é uma República Federal Presidencialista, constituída por 5 regiões (Norte, Centro-Oeste, Nordeste, Sudeste e Sul), 27 unidades federativas, 26 Estados e 1 Distrito Federal, onde se situa a sua capital, Brasília. A nível mundial, o país classifica-se como 5.º maior país no que se refere à área territorial, posicionando-se como 7.º em termos de população, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE)./p>

Entre 2010 e 2022 o país registou um aumento populacional de 6,5%, com a região do Sudeste a apresentar a maior concentração demográfica (cerca de 41,8% da população total) e a região Centro-Oeste, a menor (8,0%). São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro concentram cerca de 39,9% da população. Nos próximos anos, perspetiva-se um crescimento da população total do Brasil, em contraste com a contração da respetiva população em idade ativa, de acordo com a EIU.

Uma parte importante da população (e da atividade económica) brasileira concentra-se no sudeste do país, designadamente, nos Estados de Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, além da capital, Brasília.

O Brasil tem vindo a registar fluxos relevantes de imigração, o que se observa, mormente, na sua região sudeste e é proveniente, nomeadamente, da Venezuela.

Recursos naturais

O Brasil dispõe de um vasto leque de recursos naturais, designadamente: bauxita, ouro, manganês, ferro, níquel, alumina, petróleo, um assinalável potencial hidroelétrico, urânio, madeira, minerais das terras raras, platina, tântalo, fosfatos, berílio, nióbio e estanho.

Caracterização geral do mercado

Tendo em consideração a resiliência que a economia brasileira demonstrou durante o período de turbulência financeira ocorrida no final do século XX, o Brasil passou, na primeira década do presente século, a ser considerado um dos mercados emergentes mais fortes, com um contributo relevante para o crescimento económico mundial. O seu setor industrial beneficiou da apreciação cambial verificada, no que concerne à importação de equipamento e máquinas avançadas, não obstante o crescimento pouco pronunciado da produtividade que o país exibiu nos últimos anos.

Devido à reduzida taxa de poupança que a tem caracterizado, a economia brasileira encontra-se significativamente exposta à volatilidade dos mercados financeiros externos, sendo que depende, de forma relevante, do consumo por parte das Famílias (63,4% do PIB, em 2025, segundo a Apiar Data). O Brasil possui como capital financeira São Paulo, cidade que constitui um notável centro de atividade empresarial de dimensão global.

Por outro lado, no que respeita às commodities, os choques ocorridos ao nível dos seus preços tendem a produzir efeitos isolados no país, tendo em conta a vasta base de exportações industriais e a vantagem competitiva que detém na produção agrícola. Trata-se do maior mercado retalhista da América Latina.

Importa referir que mais de metade da população brasileira pertence à classe média, revelando-se, contudo, elevados os níveis de desigualdade de rendimento e pobreza – a qual se reduziu, todavia, entre 2023 (21,7%) e 2024 (20,9%), segundo o Banco Mundial – no país.

Como setores economicamente relevantes no Brasil destacam-se os da madeira, do petróleo, dos têxteis, do calçado, do cimento, do ferro, do aço, do estanho, dos veículos e respetivos componentes, das aeronaves, dos produtos químicos e das máquinas. Relativamente aos motores económicos do país, salientam-se setores competitivos como, por exemplo, o agrícola, o mineiro, a energia e a indústria transformadora

Economia

Posicionando-se como 24.º maior exportador e 27.º importador de bens no comércio internacional (WTO, 2024), o Brasil possui uma atividade económica diversificada, que se baseia predominantemente no setor dos serviços (71,6% do PIB), destacando-se, ainda, um setor industrial dinâmico (20,5% do PIB). Já a agricultura representou 8,9% do PIB em 2025, segundo a EIU, constituindo um setor relevante na economia brasileira, pelo papel notável, em termos de emprego, que desempenha nas áreas rurais e por fomentar o setor dos transportes. As sementes de soja são a principal cultura de exportação do Brasil.

Os fundamentos da economia do Brasil contemplam alguns problemas estruturais, nomeadamente, disparidades sociais e um insuficiente nível de investimento.

Entre 2024 e 2025, o crescimento do PIB real desacelerou (de 3,4% para 2,5%, respetivamente), em virtude de políticas orçamentais expansionistas, robustez do consumo, recuperação do investimento e bom desempenho da produção agrícola (cereais) entre 2024 e 2025 (o que se estima ter representado um aumento anual de 11,9%, abrangendo, nomeadamente, sementes de soja, arroz e milho), além da resiliência do mercado de trabalho brasileiro. Já para 2026 (2,0%) e 2027 (1,8%), prevê-se o abrandamento do crescimento do PIB real, tendo em consideração o impacto negativo da política monetária restritiva (elevados custos de financiamento) no consumo e no investimento, bem como a incerteza do próximo ciclo eleitoral de 2026, não obstante, em 2025, o assinalável crescimento de grande parte dos setores da economia brasileira – incluindo serviços (designadamente, serviços no âmbito do turismo, hoteleiros e alimentares), indústria, retalho e agricultura – no respetivo primeiro trimestre.

Posteriormente, a partir de 2027, projeta-se uma recuperação do crescimento económico do país, apoiada por uma flexibilização da política monetária, ganhos de produtividade (sendo, todavia, limitados pelo amplo setor informal da economia brasileira) e o contributo positivo do financiamento concedido ao Brasil, por parte do Banco Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (BNDES).

Relativamente ao comportamento da taxa de inflação, após ter registado uma ligeira quebra entre 2023 (4,6%) e 2024 (4,4%), a taxa de inflação aumentou em 2025 (5,0%), traduzindo um Real do Brasil (BRL) menos forte e o impacto das políticas orçamentais expansionistas, prevendo-se que volte a reduzir em 2026 (4,7%).

O crescimento do PIB real deverá reduzir-se até 2050, anualmente e em média, para 1,8%. Perspetiva-se que este ritmo de crescimento seja inferior ao registado entre 1991 e 2014 (3%), o qual resultou de um boom ao nível das commodities – ocorrido nas primeiras duas décadas do presente século – e da crise económica (e hiperinflação) que teve lugar na década de 80.

Até 2050 prevê-se que o crescimento da produtividade do trabalho se intensifique no Brasil, devendo ser, no entanto, condicionado pelas dinâmicas demográficas do país (traduzidas num menor crescimento da população ativa), mas favorecido pelo desenvolvimento infraestrutural, pela expansão do comércio, pela presença reforçada de empresas multinacionais no país, bem como pela melhoria gradual da qualidade e da disponibilidade dos ensinos básico e secundário, aliada aos esforços envidados na simplificação do sistema fiscal e na redução da burocracia. No que respeita ao crescimento do capital, este será promovido por progressos ao nível da inovação e da tecnologia.

É de mencionar que o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), anunciado em 2023, pretende fomentar o crescimento económico do Brasil, prevendo investimentos de 17% do PIB até 2030, centrados em projetos sustentáveis em setores como energia, transportes e educação.

Finanças públicas

Entre 2024 e 2025, a dívida pública brasileira cresceu (de 76,3% para 78,6% do PIB, respetivamente), prevendo-se que ascenda para 80,1% do PIB em 2026, de acordo com a EIU, e 82,1% do PIB em 2027, em resultado das fracas perspetivas de crescimento económico e das elevadas taxas de juro. Para esta evolução crescente contribui o agravamento do défice orçamental do Brasil entre 2024 e 2025 (de 6,3% para 7,6% do PIB, respetivamente), o qual deverá diminuir ligeiramente em 2026 (7,3% do PIB) e em 2027 (7,2% do PIB).

Contas externas

Entre 2024 e 2025, o défice da Balança Corrente do Brasil – em cujo financiamento participam fluxos robustos de Investimento Direto Estrangeiro (IDE) – manteve-se estável (de 3,0% para 2,9% do PIB, respetivamente), prevendo-se que registe uma melhoria para os anos de 2026 (2,6% do PIB), e 2027 (2,6% do PIB). Para tal contribui não somente o défice que tem caracterizado a Balança de Serviços do país (2,5% do PIB, em 2025, o que, porém, em resultado de maiores custos de transporte aéreo e marítimo, se deverá agravar, ligeiramente, em 2026), mas, também, a perspetiva de desaceleração da procura, mormente, por parte da China, os maiores preços das commodities e o incremento das importações.

Já o saldo da Balança Comercial tem-se revelado positivo (2,6% do PIB, em 2025), projetando-se, um ligeiro acréscimo do seu superavit em 2026 (2,9% do PIB). O excedente comercial estrutural do Brasil encontra-se associado, designadamente, às elevadas exportações agrícolas e minerais do país, refletindo, adicionalmente, o reforço da produção petrolífera do pré-sal brasileiro, extensa reserva deste recurso de que o país dispõe.

O crescimento das exportações de bens e serviços (as quais representaram 17,8% do PIB em 2025) cresceu em 2025 (6,2%), prevendo-se uma desaceleração para 2026 (3,5%) – em consequência do abrandamento económico observado nos principais mercados de exportação (sobretudo, EUA e China) e da quebra nas exportações agrícolas e nos preços das commodities, não obstante a perspetiva de incremento da produção petrolífera.

O crescimento das importações de bens e serviços (que corresponderam a 17,5% do PIB em 2025) registou um abrandamento em 2025 (4,5%), devendo sofrer uma ligeira retoma em 2026 (6,0%).

Nos próximos anos, perspetiva-se que o desempenho das exportações de minerais, produtos agrícolas e outros bens primários, nomeadamente para a China, continue a contribuir para a manutenção de uma Balança Comercial superavitária. Contudo, a adoção de medidas protecionistas pelos Estados Unidos, incluindo a aplicação de tarifas adicionais sobre produtos brasileiros, introduz novos riscos para o setor exportador do Brasil, particularmente para segmentos da indústria transformadora mais expostos ao mercado norte-americano. Apesar de o Brasil apresentar uma estrutura comercial relativamente diversificada e as suas principais exportações se concentrarem em commodities destinadas sobretudo à China – principal parceiro comercial, seguida dos EUA, Argentina e Países Baixos –, a intensificação das barreiras comerciais poderá afetar a competitividade de determinados produtos industriais brasileiros, num contexto marcado pela incerteza dos investidores, pelo abrandamento da economia mundial e por uma menor dinâmica da procura externa.

É de referir que a dívida externa do Brasil é de 35% do PIB, tendo por base dados da Coface relativos a setembro de 2024, sendo que o IDE (2,9% do PIB) deverá continuar a permitir responder ao défice externo do país, com as suas reservas cambiais a permanecerem robustas.

Indústria

Segundo a EIU, o setor industrial brasileiro representou cerca de 20,5% do PIB em 2025. A riqueza agrícola do país (soja, cana-de-açúcar, milho, café, frutas, arroz, entre outros) encontra-se na base de uma importante indústria agroalimentar, sendo, também, de realçar as suas indústrias mineiras, florestal, aeroespacial, eletrónica, automóvel (e partes), dos produtos químicos, têxtil e confeção, dos produtos petrolíferos e das máquinas (e equipamentos).

Economia digital e inovação>

Dotado de um nível de maturidade digital bastante elevado nos serviços públicos e governamentais [segundo o GovTech Maturity Index 2022, o Brasil, à semelhança de outras 69 economias (num universo composto por 198 economias), é considerado líder em GovTech], o país tem vindo a alocar contínuos esforços para a digitalização empresarial, nomeadamente, ao nível de infraes-

truturas, tecnologias, I&D e capacitação profissional. O programa nacional E-Digital 2022-2026 salienta vários eixos estratégicos que o país procura desenvolver, de forma a garantir competitividade e aumentos de produtividade.

Adicionalmente, o Brasil destaca-se em termos de inovação, encontrando-se em 50.º lugar, entre 133 países, no *Global Innovation Index* 2024, liderando a região da América Latina.

Infraestruturas

Com recurso ao PPI e, especialmente, ao PAC, programas que promovem o estabelecimento de Parcerias Público-Privadas, o Governo brasileiro pretende continuar a incentivar investimentos privados em diversas infraestruturas no país. Relativamente ao PAC, o novo programa aprovado em 2023, estão previstos investimentos superiores a 1,5 milhões de milhões de BRL (mais que o PIB de Portugal), com uma aposta clara na transição ecológica e neoindustrialização, com o crescimento do país e a geração de empregos de forma sustentável, e com o desafio de promover obras de infraestrutura que contribuam para uma maior sustentabilidade, direcionando investimentos públicos federais em áreas como transportes, energia, infraestrutura urbana, inclusão digital, infraestrutura social inclusiva e água para todos. Outras áreas como defesa, educação, ciência e tecnologia também deverão vir a ser incluídas no programa.

Os principais portos do Brasil encontram-se em Belém (PA), Paranaguá (PR), Itajaí (SC), Salvador (BA), Recife (PE), Rio de Janeiro (RJ), Rio Grande (RS) e Santos (SP).

Mobilidade<

O Brasil tem canalizado vários esforços e fundos para um melhor planeamento das suas cidades. De acordo com a Confederação Nacional da Indústria (CNI), até 2042 serão necessários cerca de 295 mil milhões de reais em investimentos nas infraestruturas de mobilidade urbanas, predominantemente nas 15 principais regiões metropolitanas do país. Com uma tendência de subinvestimento e subfinanciamento no domínio dos transportes públicos, o país procura melhorar, principalmente, a rede de transporte ferroviária e a de autocarros.

Transição energética

A transição energética do Brasil é um ponto central da agenda política nacional. O Brasil dispõe de uma matriz energética relativamente sustentável, embora os combustíveis fósseis continuem a representar cerca de 50% do consumo total de energia, com o petróleo a assumir uma posição predominante. Em contrapartida, a matriz elétrica é uma das mais renováveis do mundo, com cerca de 83% da eletricidade produzida a partir de fontes renováveis, sobretudo hidroelétricas. Também o uso de biocombustíveis se revelou elevado no setor dos transportes (40%), sobretudo aquele que provém da cana-de-açúcar, que é amplamente utilizada em veículos flex-fuel.

Energia

O Brasil constitui o 6.º maior mercado global em matéria de consumo de eletricidade, sendo o maior da América Latina e possuindo a 7.ª maior capacidade de produção elétrica a nível mundial. Prevê-se que o consumo total de energia cresça entre 2026 e 2034 (anualmente e em média, 1,3%), inferior ao da eletricidade (2,2%).

A procura de gás natural e petróleo deverá aumentar, anualmente e em média, 3,0% e 1,1%, respetivamente, entre 2026 e 2034, no Brasil, enquanto a utilização de carvão deverá reduzir-se (-2,3%).

As vastas reservas de petróleo (bem como de gás natural) – cuja produção deverá reforçar-se em virtude do impacto positivo do investimento realizado na exploração da reserva petrolífera "pré-sal", assim como novos investimentos em prospeção de novas reservas – contribuem para que a exportação deste recurso tenha triplicado desde 2013. Importa mencionar que 97,6% da produção petrolífera do Brasil é de natureza offshore, de acordo com a International Trade Administration, sendo que o Plano de Expansão de Energia 2022-2032 prevê que a reserva "pré-sal" seja responsável por cerca de 80% da produção total de petróleo. Com efeito, o Brasil deverá tornar-se o 5.º maior exportador de petróleo do mundo até 2030.

Neste âmbito, são de mencionar o "Programa de Revitalização das Atividades de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural em Áreas Terrestres" e o "Programa de Revitalização e Incentivo à Produção de Campos Marítimos".

No que respeita ao Plano de Expansão de Energia, este prevê investimentos na produção e na exploração de gás natural e petróleo. Com efeito, o Brasil projeta um investimento de cerca de 4,3 mil milhões de USD em operações de exploração, entre 2023 e 2027, traduzindo-se em 91 novos poços (63 dos quais *onshore* e 28 *offshore*). Do total de novos poços, prevê-se que 35 iniciem a sua atividade em 2024.

O Brasil possui, a nível mundial, o 8.º maior complexo de refinação, posicionando-se como o maior da América Latina (17 refinarias), segundo a International Trade Administration. É de assinalar, ainda, que o país se encontra dotado de cinco terminais de regaseificação de gás natural liquefeito.

Do ponto de vista energético, o Brasil assenta fortemente na energia hidroelétrica. Esta tipologia de energia representa cerca de 55% da produção elétrica nacional. Com efeito, o Brasil classifica-se como o segundo maior produtor mundial hidroelétrico e de biocombustíveis, possuindo a 4.ª maior capacidade de produção eólica – com a energia de origem eólica (em expansão) a representar cerca de 15% da energia gerada no país, percentagem que se prevê crescer para cerca de 19% em 2034.

É de realçar o papel cada vez mais determinante que o Brasil desempenha no processo de transição verde, no plano mundial, encontrando-se em curso iniciativas, na sua região nordeste, que visam a instalação de centrais de hidrogénio verde. O país reúne um assinalável potencial de produção de energia renovável, nomeadamente, de origem hídrica, eólica e solar.

O setor das fontes de energia renovável representa 83% da matriz de eletricidade do Brasil, segundo a International Trade Administration, evidenciando um crescimento ao longo dos últimos anos, com base, nomeadamente, no investimento privado. Por outro lado, o quadro regulatório nacional apresenta-se em desenvolvimento, tendo em vista novas soluções sustentáveis que contemplem o recurso a combustíveis verdes (designadamente, hidrogénio), projetos eólicos offshore e armazenamento de energia.

Adicionalmente, o Brasil promove a transição verde no seu setor industrial, com as fontes de energia renovável a assumirem um papel importante na atração de investimento externo, através de financiamento verde.

Até 2029 o investimento no setor elétrico do país deverá superar 100 mil milhões de USD, inclusive no domínio da distribuição.

A participação de fontes como o vento, o gás natural e a bioenergia na produção elétrica encontra-se em crescimento, sendo que 85% da infraestrutura de produção eólica se situa, segundo a International Trade Administration, na região nordeste do país. Já a energia solar tem vindo a reforçar significativamente o seu peso na matriz elétrica brasileira, tendo-se consolidado como a 2.ª maior fonte de geração de eletricidade do país em 2025, atrás apenas da energia hídrica.>

O Brasil é, igualmente, o segundo maior produtor global de etanol de cana-de-açúcar, no âmbito dos biocombustíveis, os quais asseguram 30% da procura de combustíveis por parte do setor dos transportes.

Setor automóvel

O Brasil é o principal mercado automóvel da América Latina e o maior fabricante de veículos do subcontinente. Em 2025, produziu cerca de 2,64 milhões de veículos, superando o México e a Argentina, segundo a EIU. As vendas de viaturas novas têm vindo a recuperar nos últimos anos e deverão continuar a crescer, ainda que a um ritmo mais moderado, apoiadas pela recuperação da procura interna, pelos investimentos no setor automóvel e pela expansão da oferta de veículos eletrificados.

Com efeito, a recuperação da procura interna e os investimentos realizados pela indústria automóvel impulsionaram o setor nos últimos anos. Em 2025, a produção de veículos aumentou 3,5%, para 2,64 milhões de unidades, enquanto os registos de veículos novos cresceram 2,1%, para 2,69 milhões de unidades. Embora o ritmo de crescimento tenha abrandado face a 2024, o mercado deverá continuar a expandir-se nos próximos anos, sustentado pela renovação da frota, pelo aumento da oferta de veículos eletrificados e pela continuidade dos investimentos no setor. Entre 2027 e 2030, estas deverão crescer, anualmente e em média, 4,4%, sendo que, entre 2025 e 2026, se prevê um impacto negativo, consequência da política monetária restritiva. Todavia, prevê-se que as suas vendas unitárias anuais superem, apenas em 2027, o respetivo nível registado em 2019, dado o fraco crescimento económico./p>

No que concerne ao segmento de automóveis de passageiros novos, as respetivas vendas reduziram-se em mais de 30% entre 2020 e 2021, tendo recuperado entre 2022 e 2025.

Tendo já recuperado face aos respetivos níveis pré-pandémicos, prevê-se que o mercado de viaturas comerciais prossiga o seu crescimento nos próximos anos, impulsionado, no plano financeiro, pelo Programa de Aceleração do Crescimento, de natureza, designadamente, infraestrutural.

O segmento de veículos comerciais novos tem registado um melhor desempenho do que o de automóveis de passageiros novos nos últimos anos, tendo superado os respetivos níveis pré-pandémicos em 2021. As respetivas vendas expandiram-se em 2024 (12,4%), tendo decrescido fortemente em 2025 (2,1%), prevendo-se ainda uma queda para os anos de 2026 e 2027 e recuperar posteriormente. Com efeito, prevê-se que as vendas de viaturas comerciais novas cresçam, em termos anuais e médios, 8% entre 2025 e 2029.

É de referir que, até 2029, as vendas de veículos automóveis novos deverão permanecer, ligeiramente, abaixo dos respetivos níveis pré-pandémicos, sendo que se prevê que a percentagem de veículos elétricos atinja os 9,8% das vendas totais até 2028.

Tal como noutros mercados automóveis globais, as vendas de novos veículos elétricos recarregáveis, que incluem os veículos elétricos a bateria (BEV), os híbridos plug-in (PHEV) e os veículos movidos a célula de combustível (FCEV), registaram um crescimento muito acentuado desde 2020. De acordo com dados da Agência Internacional da Energia (IEA), as matrículas anuais de veículos de baixas emissões no Brasil aumentaram de menos de 2.000 unidades em 2019 para 178.000 unidades no final de 2025.

Tecnologia

O país pretende reforçar o seu investimento em IoT (*Internet of Things*), principalmente, ao nível industrial e da otimização da sua cadeia produtiva. Em 2022, segundo um estudo da Logicalis, cerca de 42% de empresas brasileiras investiram em projetos de IoT. No entanto, obstáculos estruturais poderão comprometer maiores investimentos nesta área, com destaque para carências infraestruturais, escassez de mão de obra qualificada e especializada em IoT, falta de regulação específica e instabilidade cibernética.

Tecnologias de Informação e Comunicação

De acordo com a International Trade Administration, o Brasil classifica-se como 12.º mercado mais relevante no domínio das TI, a nível mundial, e representa 36,5% do mercado da América Latina. O país possui a 5.ª maior população digital do mundo e posiciona-se como o principal mercado de data centers da América Latina, pretendendo explorar o seu potencial em termos de tecnologias digitais, de modo a melhorar os respetivos níveis de produtividade e competitividade.

Promovido por fatores como a Inteligência Artificial, a segurança e soluções de experiência do cliente, o mercado do software cresceu 15,1% em 2023, 13,9% em 2024 e cerca de 10% em 2025.

Adicionalmente, a criação do Plano Nacional de Semicondutores procura promover o setor nacional dos semicondutores e a inserção do país nas cadeias de abastecimento globais de semicondutores, fomentando o setor das TI e a atração de investidores.

Fonte(s):

AICEP – Ponto de Rede

Agência Brasil

Banco Central do Brasil

Banco Nacional de Desenvolvimento

Central Intelligence Agency

Climate Transparency

CNI – Inovação e Tecnologia

CNI – Portal da Indústria

Coface

Council on Foreign Relations

Empresa de Pesquisa Energética

Globo

GovTech Maturity Index 2022

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

International Trade Administration – Healthcare

International Trade Administration – ICT

International Trade Administration – Market Overview

International Trade Administration – Oil and Gas

International Trade Administration – Renewable Energy Infrastructure

Logicalis

Ministério da Ciência, da Tecnologia e da Inovação

Panorama do Censo 2022

PPI – Programa de Parcerias de Investimentos

The Economist Intelligence Unit (EIU)

World Bank – Overview

World Intellectual Property Organization

WTO

(07/2025)

8. Setores/Produtos de Oportunidade

O Brasil constitui um mercado importante para Portugal ao nível do comércio de bens e serviços, do investimento e do turismo, apresentando potencialidades para o reforço do relacionamento em todas estas vertentes e, em especial, desenvolvendo novos modelos de negócio em áreas de valor acrescentado. No comércio bilateral, o Brasil é um parceiro muito relevante para Portugal, sobretudo como fornecedor de bens e como mercado forte para serviços e turismo portugueses. Em 2025, Portugal passou a ter superavit na balança de bens e serviços com o Brasil, resultado do bom desempenho das exportações de serviços, apesar da balança de bens continuar deficitária, muito por causa das importações de combustíveis.

O investimento bilateral também é significativo, com o Brasil a manter uma presença expressiva em Portugal com várias empresas brasileiras instaladas no país, enquanto as empresas portuguesas continuam ativas no mercado brasileiro em áreas como alimentação, construção, energia, serviços, tecnologia e turismo. O relacionamento institucional tem-se intensificado com cimeiras, acordos bilaterais e múltiplas iniciativas de promoção económica, o que reforça a importância estratégica da relação Portugal-Brasil.

Dada a complementaridade das duas economias e o potencial de crescimento do mercado, existem numerosas oportunidades para as empresas portuguesas no Brasil. A crescente presença de residentes brasileiros em Portugal (representando a principal comunidade estrangeira no nosso país) deve, também, ser observada como outro fator catalisador do reforço deste relacionamento. Os desafios associados à melhoria da produtividade e diversificação da economia proporcionam uma conjuntura propícia ao desenvolvimento de negócios e investimentos, principalmente nos seguintes setores:

Comércio

Em diversos setores, particularmente na saúde (aparelhos, dispositivos e produtos associados à segurança e prevenção de contaminação), alimentar (azeite, vinho, entre outros), máquinas e equipamentos, tecnologias de informação e energia. A aplicação provisória do acordo do Mercosul potencia de forma significativa as oportunidades para as empresas portuguesas.

Investimento

O Governo Federal, Estados e Municípios têm levado a cabo ações para captação de investimento privado. Existem oportunidades em diversas áreas, sendo de destacar as infraestruturas e construção, saneamento básico, energias renováveis, start-ups e agronegócio/agroindústria.

Tecnologia e inovação

A integração do país no mercado internacional assenta em *standards* de conetividade e infraestrutura digital avançados. O atual processo de digitalização nacional abre portas para um número significativo de oportunidades de negócio para empresas portuguesas, sobretudo, para aquelas especializadas em inteligência artificial, *big data*, *blockchain*, *data science*, *cloud*, cibersegurança, *IoT* e *IIoT*. O potencial de investimento reside na implementação de novos modelos de transformação industrial, na implementação de tecnologias habilitadoras como o 5G e Inteligência Artificial, em soluções tecnológicas que aceleram a agenda ESG nas indústrias e, ainda, na mobilidade elétrica e bioeconomia.

Indústria automóvel

Segundo dados da Organização Internacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (OICA), o Brasil representa o maior mercado de comércio automóvel na América Latina e o segundo maior produtor de veículos da região. As oportunidades de negócio para as empresas portuguesas prendem-se, sobretudo, com moldes, componentes, design, inovação e I&D.

Vinhos, azeite e peixe congelado

A importação de vinhos portugueses tem vindo a crescer de forma constante, acompanhando o crescimento do mercado como um todo. O Brasil foi em 2025, o principal mercado extracomunitário de exportação dos vinhos portugueses (se retirado da equação o Vinho do Porto). A perceção da boa relação de qualidade versus preço dos vinhos portugueses, por parte do consumidor brasileiro, consolidou-se nos últimos anos. Para além disso, as grandes cadeias de distribuição iniciaram um processo de importação direta, em regime de exclusividade, garantindo a importação de grandes quantidades de modo a abastecer as suas cadeias de lojas.

No que concerne ao azeite, com a contínua fiscalização deste produto pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), que exclui do mercado nacional as marcas com produto fraudado/adulterado, destaca-se a oferta portuguesa pela qualidade e pela reputação que já possui junto do consumidor brasileiro.

Adicionalmente, identificam-se oportunidades no setor do peixe congelado, no Brasil.

A aplicação provisória do acordo do Mercosul reforça de forma significativa as oportunidades para as empresas portuguesas.

Conservas, queijos, frutas e enchidos

Apesar de, recentemente, o mercado brasileiro de conservas ter demonstrado alguma contração, os produtos portugueses têm conseguido manter o seu volume, aumentando a respetiva quota de mercado. Com as novas tendências para mais refeições feitas em casa, saudáveis, nutritivas e de fácil preparação, há potencial para o crescimento das exportações deste produto.

Relativamente ao setor dos queijos, no fim de 2020 foi levantado o embargo que durava desde 2015 para inscrição de novos estabelecimentos exportadores destes produtos.

No Brasil existem, ainda, oportunidades nos setores das frutas e dos enchidos.

Também aqui a aplicação provisória do acordo do Mercosul potencia de forma significativa as oportunidades para as empresas portuguesas.

Saúde

Tendo o Brasil um setor de saúde privado em franco crescimento e um dos maiores e mais abrangentes sistemas públicos (SUS), identificam-se oportunidades em fornecimento de equipamentos/dispositivos médicos e tecnologia hospitalar.

Economia Azul e Logística Portuária

O Brasil está a começar a investir no conceito de "economia do mar", com políticas públicas em alguns dos principais estados litorâneos do país (Ceará, Rio de Janeiro, Pará, Pernambuco, Santa Catarina). Aquicultura sustentável, biotecnologia marinha, investigação científica, energia offshore e tecnologia portuária são alguns dos campos a explorar.

Fonte(s):

AICEP – Ponto de Rede

A Voz da Indústria

International Trade Administration – Market Opportunities

OICA

The Economist Intelligence Unit (EIU)

(07/2025)

Para obter informação setorial adicional, aceda a:

Ficha de Entrada no Mercado – Editorial e Livreiro - Brasil

Ficha de Produto/Mercado – Indústria Gráfica - Brasil

Ficha Setorial de Entrada no Mercado – Indústria Automóvel e de Componentes - Brasil

Ficha Setorial de Entrada no Mercado - Ecossistema de Inovação e Empreendedorismo - Brasil

9. Quadro Legal e Regulamentar

9.1. Acordos Internacionais

Acordos União Europeia | Brasil

Após mais de 25 anos de negociações, o acordo comercial entre a União Europeia e os membros fundadores do Mercosul (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai), o *EU-Mercosur Partnership Agreement – EMPA* / Acordo de Parceria UE-Mercosul), foi finalmente assinado a 17 de janeiro de 2026, em Assunção (Paraguai), estabelecendo as bases para a criação da maior área de comércio livre do mundo.

Paralelamente, na mesma data, foi assinado o Acordo Intermédio de Comércio (iTA), que visa a aplicação antecipada dos compromissos comerciais negociados, nomeadamente ao nível da redução tarifária, abertura ao comércio de bens e serviços, facilitação do investimento e acesso à contratação pública" (*Consilium Europa*).

Entre outras matérias, o Acordo prevê a eliminação dos direitos aduaneiros sobre 91% das mercadorias comunitárias exportadas para o Mercosul; reconhece 350 indicações geográficas europeias, proibindo imitações; e assume compromissos ambientais reforçados como, por exemplo, a inclusão do Acordo de Paris como um elemento essencial nas relações mútuas e a assunção de medidas concretas para travar a desflorestação.

Quanto aos benefícios tarifários resultantes da futura aplicação do Acordo, é possível consultar no Anexo 2-A do texto do *Acordo Intermédio de Comércio (iTA)* o seguinte: a) Na página 7, o cronograma da redução tarifária; b) A partir da página 1295 (*Appendix 2-A-2*) as posições pautais (*HS Codes*) abrangidas pela redução tarifária.

O iTA, cujo âmbito está sob competência exclusiva da UE e, portanto, não requer ratificação pelos Estados-Membros da UE individualmente (apenas processo interno de aprovação pela UE), foi objeto a 24 de março de 2026 de notificação pela Comissão Europeia aos países do Mercosul do instrumento de aplicação provisória do Acordo Comercial Provisório UE – Mercosul a partir de 1 de maio de 2026, entretanto consubstanciado no Aviso nº 2026/868, de 15 de abril de 2026, relativo à aplicação provisória do Acordo Provisório sobre comércio entre a União Europeia, por um lado, e o Mercado Comum do Sul, a Argentina, o Brasil, o Paraguai e o Uruguai, por outro.

O EMPA entrará em vigor após o cumprimento dos diversos procedimentos nacionais de ratificação por parte dos EM da UE e Mercosul, momento em que também fará cessar a vigência do iTA.

É de destacar, ainda, que a Bolívia se tornou membro do Mercosul em agosto de 2024, dispondo de quatro anos para adaptar a sua legislação em conformidade. Uma vez que o Acordo de Parceria UE-Mercosul apenas foi negociado entre a UE e os membros fundadores do Mercosul, a Bolívia ainda terá de encetar negociações com a UE, através do referido bloco económico, para que o mesmo lhe seja aplicado.

Os *sites* da Comissão Europeia, Parlamento Europeu, Delegação da UE no Brasil disponibilizam esta e outra informação relevante sobre o relacionamento do Brasil com a UE.

Acordos de Comércio Brasil | Outros Países

A nível regional o Brasil faz parte do Mercosul, mercado comum que implica a livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre os países membros (ativos: Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai) através, entre outros, da eliminação dos direitos alfandegários e restrições não-tarifárias à circulação de mercadorias e a aplicação da uma Tarifa Externa Comum (TEC), bem como a adoção de uma política comercial comum relativamente a países terceiros.

Com a TEC o Brasil aplica, na maioria dos produtos importados de países terceiros, o mesmo nível de direitos alfandegários que os restantes países membros, sendo que, periodicamente, são estabelecidas exceções (redução ou aumento temporário do imposto de importação) para os produtos considerados sensíveis.

O Brasil, sobretudo ao nível supranacional através do Mercosul, tem desenvolvido uma rede de relações de parceria através da negociação de acordos comerciais preferenciais (que implicam a redução/isenção de direitos aduaneiros no comércio entre as

partes), predominantemente com países da américa central e sul e blocos regionais como a União Aduaneira da África Austral (*SACU – Southern African Customs Union*). A lista dos acordos em vigor pode ser consultada no Siscomex – Portal Único de Comércio Exterior e no *Invest & Export* Brasil – Guia de Comércio Exterior e Investimento.

Acordos Natureza Económica Portugal | Brasil

- Acordo de Cooperação no Domínio do Turismo (ACDT), em vigor desde 01.11.2008
- Acordo sobre a Facilitação de Circulação de Pessoas (AFCP), em vigor desde 05.12.2007
- Acordo sobre a Contratação Recíproca de Nacionais (ACRN), em vigor desde 20.10.2003
- Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento (CEDT), em vigor desde 05.10.2001 (mais informação no *site* da Autoridade Tributária e Aduaneira em CEDT e *FAQ's* – IRC/IRS)
- Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta (TACC), em vigor desde 05.09.2001 e Acordo para Retificação do artigo 9º. (AR), em vigor desde 05.09.2001
- Acordo de Segurança Social ou Seguridade Social (ASS), em vigor desde 16.04.1995, bem como o respetivo Acordo de Alteração (AA), em vigor desde 01.05.2013 e Ajuste Administrativo (AA), em vigor desde 28.12.2015, com produção de efeitos desde 01.05.2013
- Acordo sobre a Promoção e a Proteção Recíproca de Investimentos (APPRI), aguarda a publicação do aviso de entrada em vigor
- Acordo Quadro de Cooperação (AQC), em vigor desde 07.07.1995
- Acordo sobre Cooperação Económica e Industrial (ACEI), em vigor desde 17.06.1982

(08/2026)

9.2. Regime Geral de Importação

Enquadramento

A exportação da generalidade das mercadorias para o mercado brasileiro não está sujeita, como regra, a restrições ou licenciamento. Não obstante, existem algumas exceções por razões de saúde pública (alimentos e bebidas), proteção do consumidor, meio ambiente, defesa comercial, entre outras (ex.: licenças de importação automáticas e não automáticas | simulador do tratamento administrativo da importação | pedido de licenciamento).

Procedimentos e Formalidades

Os requisitos gerais e específicos exigidos no Brasil para a importação de um determinado produto podem ser consultados no *Access2Markets*. Depois de selecionado o produto é possível clicar em cada um dos procedimentos ou formalidades para obter informação mais pormenorizada.

Na opção "Síntese" as empresas exportadoras podem ainda aceder a informação variada sobre os procedimentos aplicados a diversos produtos regulados (produtos alimentares, bebidas alcoólicas, químicos, metais preciosos, etc.), amostras comerciais, marcação do país de origem, regras de rotulagem e embalagem de várias mercadorias e sistema de normalização aplicado aos produtos industriais (regulamentação técnica/*standards*).

No que se refere especificamente aos géneros alimentícios, a importação de produtos de origem animal (exemplo: carnes; lacticínios; ovos) e de vegetais e produtos vegetais (exemplo: plantas; frutas; sementes; e legumes) pode estar condicionada à celebração de um acordo de habilitação (moroso e complexo) entre os serviços veterinários/fitossanitários de ambos países no que se refere ao procedimento e/ou modelo de certificado sanitário/fitossanitário que deve acompanhar a mercadoria.

No que se refere aos produtos de origem animal, segundo a informação disponível no *site* da Direção-Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV), , encontram-se concluídos os processos relativos aos produtos da pesca, carnes e produtos cárneos de suíno, produtos à base de carne de aves, produtos processados de bovino, leite e produtos lácteos.

A habilitação para a exportação dos produtos nacionais é efetuada através das Direções de Serviços Regionais da DGAV e ocorre em dois momentos distintos: primeiro é aprovado o estabelecimento produtor (lista de estabelecimentos PT aprovados a exportar para o Brasil) e, só depois do estabelecimento aprovado, dar-se-á início ao processo de registo de rótulos dos produtos junto das autoridades brasileiras.

Os processos de habilitação em negociação (por país/produto) podem ser consultados no *site* do GPP na tabela dos Processos de Habilitação à Exportação (em curso).

É possível consultar, ainda, no *site* da DGAV:

- Informações sobre a exportação de géneros alimentícios de origem não animal e, em específico, sobre a exportação para o Brasil de azeite e bebidas não alcoólicas e espirituosas
- Informações sobre a exportação de ameixa

No setor do azeite, segundo a Nota Técnica nº 13/2023/DIPOV/DAS/MAPA, do Ministério de Agricultura brasileiro, para além do controlo de qualidade do azeite ao nível das análises físico-químicas a efetuar, as importações de azeite no Brasil podem estar sujeitas a análises sensoriais por amostragem, realizadas por laboratório brasileiro competente.

Para mais informação sobre os acordos de habilitação concluídos, em negociação ou a negociar contactar os serviços centrais da DGAV, concretamente, a Divisão de Internacionalização e Mercados (produtos de origem animal), da Direção de Serviços de Estratégia, Comunicação e Internacionalização ou a Divisão de Inspeção Fitossanitária e de Materiais de Propagação Vegetativa, da Direção de Serviços de Sanidade Vegetal (vegetais e produtos vegetais).

Por outro lado, a Embaixada de Portugal no Brasil, em articulação com a AICEP local, disponibiliza o email agricultura.brasil@mne.pt para que os empresários portugueses possam colocar todas as suas dúvidas quanto aos requisitos de exportação de agroalimentares para o mercado e fazer um acompanhamento direto e personalizado de cada situação.

Direitos Aduaneiros e Outros Tributos

Os direitos aduaneiros cobrados pelo Brasil aquando do desalfandegamento das mercadorias podem ser consultados no *site* *Access2Markets*, selecionando o produto em questão. No tema "Impostos" é ainda possível obter as demais imposições fiscais liquidadas na importação.

Para que possa ser aplicada a isenção/redução dos direitos aduaneiros é necessário que as mercadorias sejam consideradas comunitárias de acordo com as regras de origem definidas no texto do Acordo e que no desalfandegamento seja apresentada a seguinte prova de origem:

- Declaração de origem na fatura, emitida por qualquer exportador nas remessas ocasionais de valor igual ou inferior a 6 000 euros ou por um Exportador Autorizado nos demais casos

O estatuto de Exportador Autorizado deve ser solicitado junto da Direção de Serviços de Tributação Aduaneira da AT, através de formulário próprio enviado via *E-Balcão* no Portal das Finanças, escolhendo as opções: Origem Mercadoria | Estatuto Exportador | REX/Exportador Autorizado.

A este propósito refira-se que em janeiro de 2025, no âmbito da reforma fiscal há muitos anos pensada, foi promulgada a Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, que estabelece uma nova estrutura para a cobrança de impostos sobre o consumo no Brasil. A alteração principal é a criação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), da Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e do Imposto Seletivo (IS), que substituirão gradualmente, até 2033, tributos federais como o PIS, o Cofins e o IPI, assim como o ICMS (estadual) e o ISS (municipal).

O processo de implementação é longo e tem lugar da seguinte forma:

- A 1 de janeiro de 2026, começou uma fase de aplicação em modo de teste do IBS e da CBS, a taxas reduzidas de 0,1% e 0,9%, respetivamente, sem recolha efetiva de valores, mas devendo as empresas emitir já as *Notas Fiscais* com menção dos mesmos
- Entre 2027 e 2028, o IBS e a CBS coexistirão efetivamente com os anteriores (operando-se a extinção do PIS e do COFINS, assim como a redução a 0% das taxas do IPI)
- Entre 2029 e 2032, dar-se-á a transição do ICMS e do ISS para o IBS através do aumento gradual da taxa deste e redução, na mesma proporção, das taxas do ICMS e do ISS (até à sua total eliminação)
- A partir de 2033 passará a vigorar apenas o novo sistema, com a integral vigência do IBS e da CBS

Esta reforma surge pelo facto de, atualmente, no que diz respeito à tributação aduaneira, o Brasil se caracterizar por uma forte e complexa carga fiscal incidente sobre a importação da maioria dos produtos e serviços. Existem impostos federais, impostos estaduais e impostos municipais.

Assim, hoje em dia, na importação de bens, para além do II-Imposto de Importação (direito aduaneiro), existem os seguintes encargos, calculados em cascata: IPI – Imposto sobre os Produtos Industrializados (quando aplicável, a taxa varia consoante o produto, PIS – Importação (2,1%), COFINS – Importação (9,65%), ICMS – Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (taxa normal entre 17 e 23%, consoante o Estado de importação, podendo existir uma taxa reduzida ou estar isento); outras taxas.

Os interessados podem, igualmente, aceder ao Simulador do Tratamento Tributário e Administrativo das Importações (Receita Federal) para identificar o exato valor dos encargos de importação e eventuais exigências administrativas na entrada de produtos.

A importação de serviços é objeto de outro tipo tributação, mais complexa (IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte; CIDE – Contribuição para a Intervenção no Domínio Económico; ISS – Imposto sobre os Serviços; PIS – Importação; COFINS – Importação; IOF – Imposto sobre as Operações Financeiras), sendo que a soma das taxas nominais dos vários impostos, dependendo do serviço, pode atingir os 40% (calculadora).

Propriedade Industrial (marcas, patentes, design)

O registo de uma marca, patente ou *design* efetuado em Portugal apenas produz efeitos em território nacional.

É possível alargar a proteção legal a outros países através de registo internacional (procedimentos: marcas; patentes; *design*) ou efetuar o registo diretamente no mercado pretendido, junto do organismo responsável pela proteção da propriedade industrial, que no caso do Brasil é o Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI). Neste último caso consultar Ficha de Apoio à Exportação - Brasil, do INPI.

A Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) disponibiliza uma ferramenta gratuita de autoavaliação de propriedade intelectual (PI = direitos de autor + propriedade industrial), que auxilia as empresas a identificar e realizar uma avaliação de seus ativos de PI: Diagnóstico de PI.

Entraves | Obstáculos

No setor do azeite, para além do controlo de qualidade do azeite ao nível das análises físico-químicas que devem ser efetuadas, as importações de azeite no Brasil podem estar sujeitas a análises sensoriais por amostragem, realizadas por laboratório brasileiro competente. No caso de irregularidades, o importador pode requerer a realização de análises de contestação, em que serão aceites apenas as análises de laboratórios oficiais portugueses reconhecidos pelo Conselho Oleícola Internacional (COI), previamente registados no SISCOLE – Lista de Laboratórios de Azeite Reconhecidos no Brasil.

Outros entraves/obstáculos reportados por empresas comunitárias podem ser consultados no *site Access2Markets*.

(08/2026)

9.3. Regime de Investimento Estrangeiro

Quadro Legal

No Brasil, o investimento externo é regulado pela Lei n.º 4.131, de 3 de setembro de 1962 e regulamentado pelo Decreto n.º 55.762, de 17 de fevereiro de 1965. Muitas das disposições da Lei n.º 4.131 encontram-se revogadas pela Lei n.º 14.286, de 29 de dezembro de 2021 e respetiva regulamentação, que regulam o mercado de câmbio brasileiro, o capital brasileiro no exterior, o capital estrangeiro no País e a prestação de informações ao Banco Central do Brasil.

A maioria das áreas de atividade está aberta ao investimento estrangeiro, não havendo necessidade de aprovação prévia do Estado. De um modo geral, o capital estrangeiro tem apenas de ser registado junto do Banco Central do Brasil.

Não há restrições no tocante à repatriação do capital, lucros e dividendos. Apenas o montante repatriado em valor superior ao inicialmente registado é considerado ganho de capital e está sujeito a imposto sobre o Rendimento e à aprovação do Banco Central.

No Portal do Governo brasileiro podem ser consultadas mais informações sobre o investimento estrangeiro no Brasil.

Quanto à abertura de uma empresa no Brasil, é recomendável a criação de uma empresa de raiz/independente em detrimento do estabelecimento de uma filial/sucursal que necessita de aprovação prévia governamental (Sociedade estrangeira – Autorização para atos de filial, julho 2020).

Ao nível fiscal encontra-se em discussão uma reforma tributária que, numa segunda etapa, abrangerá o Imposto sobre o Rendimento (IR - Imposto de Renda). A atual taxa do IR para as empresas é de 34%.

De acordo com as normas para a concessão de vistos podem existir montantes mínimos obrigatórios de investimento em moeda estrangeira – ex.: visto para investidor estrangeiro e visto para administrador, gerente, diretor ou executivo. A concessão destes vistos pelos serviços consulares brasileiros no exterior depende de uma autorização de residência prévia, emitida pelo Ministério do Trabalho no Brasil.

Organismo de Apoio e Guias de Investimento

A APEX Brasil é a entidade oficial no mercado responsável pela promoção e captação do investimento estrangeiro. Em termos de informações relevantes para o investidor externo, como, por exemplo, tipos de sociedades, sistema laboral, vistos e sistema fiscal, a referida Agência não disponibiliza qualquer Guia no seu Portal do Investidor.

No entanto, é possível encontrar os seguintes Guias de Investimento e informação relevante para o investidor externo mais atualizados na *Internet*, que se destacam pela respetiva data de elaboração/atualização:

- *Doing Business in Brazil* (*Mayer Brown, 2026*)
- *Brazil Business Setup Summary* (*Healy Consultant, 2026*)
- *Corporate Tax* | *Mergers & Acquisitions* | *Employment & Labour Law* (*ICLG, 2026*)
- *Tax Summaries Brazil* (*PWC, 2026*)
- *Employment Law Overview Brazil* (*L&E Global,* 2026)

Não obstante a informação recolhida pelo investidor estrangeiro, é sempre aconselhável que recorra a ajuda jurídica especializada para a concretização e formalização do seu negócio no mercado, pelo que é essencial que sejam contratados escritórios de advogados, de forma a salvaguardar a sua posição e os seus direitos.

Relações Bilaterais de Investimento

Finalmente, de forma a promover e a reforçar as relações bilaterais de investimento, entre Portugal e o Brasil está em vigor uma Convenção para Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre o Rendimento (CEDT). Também foi celebrado um

Acordo sobre a Promoção e a Proteção Recíproca de Investimentos (APPRI), mas este ainda aguarda a troca dos instrumentos de ratificação entre as partes para a respetiva entrada em vigor.

Relativamente à CEDT consultar o *site* da Autoridade Tributária e Aduaneira em CEDT e *FAQ's* – IRC e IRS.

Entraves

O Brasil é conhecido pelo seu elevado nível de burocracia, sendo uma das jurisdições mais difíceis do mundo para planear operações de investimento devido ao seu sistema fiscal complexo e as constantes alterações legislativas nesta matéria.

Outros entraves/obstáculos reportados por empresas comunitárias podem ser consultados no *site* *Access2Markets* | Obstáculos ao Comércio – Brasil.

(08/2026)

10. Recomendações

Recolha de informação – A abordagem ao mercado deve ser devidamente preparada, com recolha de informação pertinente que permita conhecer as regras de funcionamento, concorrência, canais de distribuição, legislação, entre outros aspetos. A divisão administrativa (Federação, Estados, Municípios) também deve ser objeto de análise, por forma a entender o espectro de atuação de cada um.

Abordagem ao mercado - As reuniões de negócios, previamente agendadas, devem ser confirmadas um pouco antes da data marcada, assegurando-se que o interlocutor é o adequado. Caso se trate de um contacto inicial, é recomendável a apresentação de um dossier da empresa do qual possa constar, nomeadamente, informação sobre preços, preferencialmente em reais (ou, em alternativa, USD).

Parcerias - Antes de concluir um processo de negociação ou nomear um agente, é importante certificar-se da idoneidade da empresa e dos seus representantes. Recomenda-se a consulta do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou Cadastro de Pessoa Física (CPF). O mercado oferece ferramentas para atestar idoneidade dos parceiros. Empresas como BoaVista, Reclame aqui, SERASA e SPC são as mais relevantes no Brasil. Deve procurar-se formalizar, de forma clara, as condições em que o negócio é efetuado, recorrendo a uma assessoria jurídica sempre que necessário. Adicionalmente, revela-se útil o estabelecimento de parcerias com agentes locais em setores-chave de negócio (os quais poderão, designadamente, fornecer aconselhamento regulatório e fiscal sobre o Brasil), bem como adequar a estratégia de *marketing* ao mercado.

Formas de pagamento – As formas de pagamento devem ser acordadas durante as reuniões. É importante estar informado sobre quais os custos, prazos e formas de pagamento que se praticam no mercado.

Presença estável – Para garantir uma presença estável é conveniente conhecer o sistema legal e tributário, contar com a assessoria de especialistas, ganhar a confiança dos interlocutores e manter vínculos pessoais e profissionais.

Visitas ao mercado – A dimensão e o dinamismo deste mercado exigem proatividade e um desempenho comercial parti¬cularmente dedicado, indispensá¬vel para a valorização das compe¬tências técnicas. As visitas ao mercado devem compreender uma visão dedicada a cada Estado/região, ao invés de uma abordagem holística.

Fonte(s):

AICEP

International Trade Administration – Market Challenges

International Trade Administration – Market Entry Strategy

Legiscomex

Santander Trade

(09/2026)